

EM BUSCA DO BERÇO DA CONTABILIDADE NO MUNDO SUL-AMERICANO

Resumo

Pesquisas arqueológicas têm revelado que a origem da Contabilidade ou dos registros comerciais vem dos tempos pré-históricos, antes da invenção da escrita. Diante deste contexto a pergunta perturbadora e norteadora deste estudo é: as populações Pré-Colombianas que habitaram a América do Sul praticaram atividades contábeis? Para efeito de reflexão tomou-se como objeto de análise as comunidades indígenas aldeadas no norte-amazônico do Brasil e a população peruana pré-hispânica, a civilização Inca. Baseado em fontes bibliográficas e trabalho de campo procedeu-se a observação participativa. No recolhimento do material, sendo entendido este como conjunto das observações e também dos objetos materiais, usufruiu-se do diário de campo. Devido o caráter central da investigação esta se caracterizou essencialmente como pesquisa qualitativa. A investigação aponta que as variáveis que constituem o cerne da atividade contábil tornam-se particularmente evidentes não só na vida cotidiana dos das comunidades indígenas pesquisadas como ela floresceu na intrigante Civilização Inca.

1 - Introdução

Há um consenso entre os cientistas sociais, com destaque particular para os antropólogos, arqueólogos e historiadores que o berço das civilizações não tem âncora nas guerras, mas na concretude da atividade do comércio. Escavações arqueológicas no altiplano peruano tornaram essas evidências incontestes. Só que junto a esses achados não se pode descolar o raciocínio conceitual do *número*. Como bem analisa STRUIK (1992), o desenvolvimento das atividades comerciais estimulou a cristalização do conceito do número.

Para BOYER (1996), noções primitivas relacionadas com a idéia de número, grandeza e forma podem ser encontradas nos primeiros tempos da raça humana, e vislumbres de noções matemáticas se encontram em formas de vidas que podem datar de milhões de anos da humanidade. É claro que a matemática originalmente surgiu da vida diária do homem, e se há validade no princípio biológico da “sobrevivência dos mais aptos” a persistência da raça humana provavelmente tem relação com o desenvolvimento de conceitos matemáticos. Na seqüência desses raciocínios emerge-se de forma imediata o *backbone* da moderna prática contábil. Ela literalmente concorre com a matemática. Para sustentar esta afirmativa basta confrontar o autor recém mencionado com SCHMIDT (1996).

Insiste BOYER (1996) que descobertas arqueológicas fornecem provas de que a idéia de número é bem mais antiga do que progressos tecnológicos como o uso de metais ou de veículos com rodas. Precede a civilização e a escrita, no sentido usual da palavra, pois artefatos com significado numérico, tais como um osso, vêm de um período cerca de trinta mil anos atrás.

Conforme SCHMIDT (1996) dentro de um aspecto arqueológico, a Contabilidade manifestou-se há quase dez séculos atrás, portanto, muito antes do próprio homem ter desenvolvido o espírito de civilidade.

Diante deste contexto a pergunta norteadora deste estudo é: as populações Pré-Colombianas que habitaram a América do Sul praticaram atividades contábeis? Para efeito de reflexão tomou-se como objeto de análise as comunidades indígenas aldeadas no norte-amazônico do Brasil e a povo peruano pré-hispânico, a civilização Inca. Com esta introdução o trabalho se compõe de sete seções. A seção 2 discute a interface entre a matemática e o pensamento contábil. Nas seções 3 e 4 abordam respectivamente o caráter das origens dos

povos indígenas e incas no território sul-americano. A seção 5 trata do tratamento metodológico para na seqüência discutir analisar os achados. A ultima seção traceja-se as considerações finais.

2 – A etnomatemática e a origem do pensamento contábil

Uma análise detida na literatura impõe uma reflexão mais refinada quanto o embrionário pensamento contábil. Isto transcende os conhecimentos arqueológicos os quais tão enfáticos por ACCOUNTABLE (2002), mas interpenetra nas áreas da matemática e antropologia.

Partindo dos elementos analíticos trabalhados por D'AMBROSIO (2002), far-se-á uma conjunção de argumentos cujo intuito visa reforçar os impulsionadores na atual formatação da prática contábil amalhando influências das áreas recém mencionadas. Conforme o autor a necessidade de se alimentar, em competição com outras espécies, é o grande estímulo no desenvolvimento de instrumentos que auxiliam na obtenção de alimentos. Sob essa afirmação, focaliza evidência de instrumentos de pedra lascada que, há cerca de 2 milhões de anos, foram utilizados por uma espécie, um tipo de *australopiteco*, para descarnar, melhorando assim a qualidade e quantidade de alimentos disponíveis. É claro que a pedra, lascada com esse objetivo, deveria ter dimensões adequadas para cumprir sua finalidade. A avaliação das dimensões apropriadas para a pedra lascada talvez seja a primeira manifestação matemática da espécie. Na hora que esse *australopiteco* escolheu e lascou um pedaço de pedra, como objetivo de descarnar um osso, a sua mente matemática se revelou. Para selecionar a pedra, é necessário avaliar suas dimensões, e, para lascá-la o necessário e o suficiente para cumprir os objetivos a que ela se destina, é preciso avaliar e comparar dimensões. Avaliar e comparar dimensões são uma das manifestações mais elementares do pensamento matemático.

Como contextualiza IFRAH (1997), o método mais universalmente atestado na história da Contabilidade, e um dos mais velhos também, é o osso conforme Figura 1 ou o pedaço de madeira entalhado. Um ou outro facilita o embarço numa época em que não se sabia ainda contar de uma maneira abstrata. Os primeiros testemunhos arqueológicos conhecidos dessa prática datam do período que os historiadores da pré-história designam habitualmente com o nome de *Aurignaciano* (35.000 a 20.000 a. C.). São, portanto, mais ou menos ou menos contemporâneos do homem de *Cro-Magnon*. Tratando de numerosos ossos, levando cada uma ou mais séries de entalhes regularmente espaçados, que foram encontrados na maioria na Europa Ocidental. Entre eles, um rádio de lobo munido de cinquenta e cinco entalhes, refinados em duas séries de grupos de cinco.

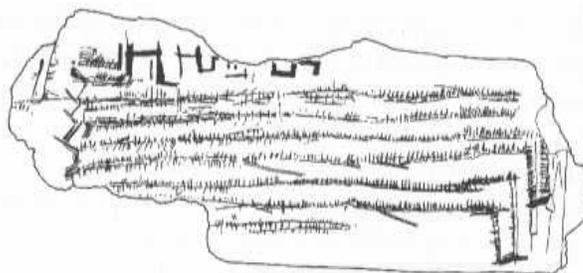


Figura 1 – Placa de osso gravada, da Garganta do Tai, Drôme, França. Comprimento: 8,8 cm.
FONTE: MITHEN, Steven, (2002)

Para IFRAH (1997) a destinação desses entalhes permanece, claro, ainda enigmática. Essa inquietação é confirmada por MITHEN (2002), segundo o qual a interpretação desses objetos sempre foi controversa. Logo depois de descobertos, foram descritos como *tailles de chasse* – registros de caçadas mostrando o número de animais abatidos. Várias outras interpretações foram propostas desde então; por exemplo, que eles registram o número de indivíduos presentes em encontros sociais e calendários lunares.

Um detalhado estudo microscópico desses artefatos confirmou que em vários desses objetos as marcas aparecem em padrões tão regulares que sugerem um sistema de notação. Os artefatos provavelmente funcionavam como um registro visual, provavelmente sobre acontecimentos ambientais. São muito parecidos com artefatos talhados e gravados de caçadores-coletores modernos e sabidamente usados para fins mnemônicos e de registro, como os bastões-calendário de marfim feitos pelo povo de Yakut da Sibéria. De qualquer forma para IFRAH (1997), não há nenhuma dúvida de que os ossos (cujos entalhes foram certamente gravados intencionalmente e não correspondem a nenhuma preocupação estética) constitui um dos mais velhos documentos aritméticos que chegaram até o presente. Indica mesmo, muito claramente, que nessa época o ser humano já tinha chegado não somente a conceber os números abstratos, mas também a decompô-lo segundo o princípio da base. Senão, porque teria tido o esforço de repartir tais entalhes de uma maneira tão perfeitamente regular, enquanto a prática do entalhe, considerada apenas pelo ângulo do emparelhamento, só teria dado uma série contínua de traços?

Nesse estágio assegura IFRAH (1997), a humanidade ignorava ainda a escrita. Mas concretizando dessa maneira a enumeração de tal ou tal tipo de unidades, o possuidor do furador bem como seus contemporâneos e predecessores tinham igualmente inventado os primeiros rudimentos da contabilidade escrita: traçavam na realidade algarismos no sistema de notação numérica mais rudimentar da história.

Retomando D'AMBROSIO (2002), a espécie *homo sapiens*, na sua aventura enquanto espécie planetária, bem como as demais espécies que a procederam, isto é, os vários hominídeos reconhecidos desde há 4,5 milhões de anos antes do presente, têm seu conhecimento alimentado pela aquisição de conhecimento, de fazer (es) e de saber (es) que lhes permite sobreviver e transcender através de maneiras, de modos, de técnicas e artes de explicar, de conhecer, de entender, e lidar com, de conviver com a realidade natural e sociocultural na qual está inserida. Naturalmente, em todas as culturas e em todos os tempos, o conhecimento, que é gerado pela necessidade de uma resposta a problemas e situações distintas, está subordinado a um cenário natural, social e cultural.

Nesses termos D'AMBROSIO (2002), delinea o raciocínio de que os indivíduos e povos têm, ao longo de suas existências e ao longo da história, criado e desenvolvido instrumentos de reflexão, de observação, instrumentos materiais e intelectuais, que denominou *ticas*, para explicar, entender, conhecer, aprender para saber e fazer que chamou *matema* como resposta a necessidades de sobrevivência e de transcendência em diferentes ambientes naturais, sociais e culturais, que rotulou *emos*. A junção desses termos convergiu para o que se conhece como uma subárea da Ciência da Matemática como Etnomatemática. *A priori* tal campo restringir-se-ia ao estudo de matemáticas das diversas etnias e aqui vale lembrar VERGANI (2000), que no seu entender a primeira característica híbrida da etnomatemática a ter em conta é o seu empenhamento no diálogo entre identidade (mundial) e alteridade (local), terreno onde a matemática e a antropologia se intersectam.

Na visão de IFRAH (1997) a prática do entalhe tem ao menos quarenta milênios de idade. Técnica primitiva certamente, mas sem futuro, pensar-se-á. Primitiva certamente, mas sem futuro seguramente não. Chegou até nós quase sem alteração, através de milhares de anos de evolução, de história e de civilização.

Múltiplos entalhes encontrados nas paredes rochosas das grutas pré-históricas ao lado de silhuetas de animais não deixam nenhuma dúvida sobre sua função contábil, e na época moderna a técnica mal mudou. Como já registrado anteriormente vale insistir em mais uma evidência apropriado por IFRAH (1997). Próximo de Los Angeles, não faz muito tempo, os trabalhadores indígenas mantinham a contagem de seu tempo de trabalho gravando em pedaços de madeira um entalhe fino para cada jornada, um entalho mais profundo e grosso para cada semana e uma cruz para cada quinzena de trabalho realizado. O que torna possível estudar os seus hábitos e formas de expressão e compreendê-los até certo ponto, se a humanidade libertou de noções preconcebidas.

3 – A origem dos povos arborígenes na região amazônica

Deparou-se com escasso material bibliográfico a respeito da ocupação na região amazônica. E mesmo assim dentre os que foram objeto de análise apresentaram imprecisão, contradições, enfoques confusos, enfim pouca convergências analíticas. Entretanto dois estudos de autoria de ROOSEVELT (1992) e NEVES (2000) despontaram pertinentes considerando a diversidade de trabalhos reunidos e submetidos a uma apreciação reflexiva mais consistente. Portanto essa seção constitui essencialmente um compêndio dos achados e deduções elaborados por tais pesquisadores.

As mais antigas culturas complexas conhecidas na América do Sul ainda parecem ter se desenvolvido na área andina no período pré-cerâmico tardio, cerca de 1.500 – 1.000 a. C., muito antes que na Amazonia, onde elas parecem ter surgido pela primeira vez no primeiro milênio a. C. Entretanto, apesar de as sociedades complexas da Amazônia aparecerem mais tarde que as primeiras andina, não é possível tratá-las como provenientes dos Andes. Está claro que “cacicados” na Amazônia provieram diretamente de culturas cerâmicas anteriores da Amazônia oriental, bem distante dos Andes. A mais antiga delas foi encontrada no baixo Amazona e sua influência difundiu-se, a partir daí, em direção às várzeas pré-andinas, e não o contrário. Muitas das sociedades complexas das terras baixas parecem ter sido culturas de longa duração que, ao invés de terem decaído no ambiente tropical, antes cresceram em escala e sofisticação ao longo do tempo.

O por quê de os Andes ter manifestado as primeiras sociedades complexas em relação a amazônica, é sustentado sob o ponto de vista dos aspectos ambientais e demografia histórica. A ascensão de precoces culturas complexas nos Andes parece estar relacionada com o aumento da densidade populacional e da competição num território populacional e da competição num território ecológica e topograficamente circunscrito. Apesar de os ricos recursos de fauna e flora dos rios e estuários amazônicos fomentarem, desde cedo, grandes assentamentos permanentes, o aumento da densidade populacional regional parece ter necessitado de muito mais tempo nas vastas extensões da Amazônia que nos Andes, e as mais antigas sociedades complexas amazônicas conhecidas apareceram mais de mil anos após as primeiras andinas. Parece que as vastas extensões da Amazônia foram mais capazes de absorver a expansão populacional que os circunscritos vales dos Andes. A emergência de culturas complexas na Amazônia parece ter ocorrido apenas quando a intensificação do crescimento populacional ao longo das várzeas dos rios provocou uma competição pelas ricas áreas agriculturáveis e de pesca. Portanto, enquanto habitat da ocupação humana pré-histórica, a Amazônia surge como a mais rica, complexa e variada. Mais significativo para a compreensão dos padrões da adaptação nativa e desenvolvimento cultural é, provavelmente, o fato de que existiram determinadas áreas nas quais abundância de recursos sustentava populações caçadoras-coletoras, horticultoras e agricultoras durante longos períodos, e que nestas áreas se desenvolveram grandes populações indígenas.

Fundamenta ROOSEVELT (1992) que os índios da Amazônia atual representam remanescentes geograficamente marginais dos povos que sobreviveram à dizimação ocorrida nas várzeas durante a conquista européia. Partindo de evidências arqueológicas provenientes das várzeas as mesmas revelaram terem existido, por mais de mil anos, sociedades complexas populosas vivendo em assentamentos de escala urbana, com elaborados sistemas de agricultura intensiva e de população de artesanato e com rituais e ideologias hoje ausentes entre os índios da Amazônia. Os índios da atualidade constata o autor, parecem mais próximos, em termos da adaptação ecológico-cultural, dos mais antigos horticultores e cultivadores de raízes, de cerca de 2.800 a.C., do que dos povos pré-históricos tardios.

O estudo atesta sua evidência de que algo aconteceu desde os tempos pré-históricos para alterar a adaptação nativa. O atual modo de vida dos índios parece ter sido fortemente influenciado por diversas mudanças importantes que ocorreram no decorrer da conquista da Amazônia pelos europeus. Em primeiro lugar, houve uma dramática queda da densidade populacional, a qual essencialmente eliminou a necessidade ou a possibilidade da exploração intensiva do solo. Em segundo lugar, os conquistadores se apoderaram das áreas de melhores recursos da Amazônia, afastando a maior parte dos índios para as áreas interfluviais pobres em recursos. Em terceiro lugar, os conquistadores desarticulam os complexos político e militar dos nativos, substituindo-os pelos seus, com os quais foram capazes de organizar a exploração dos recursos em bases nacionais. Nesses termos, a adaptação etnográfica deve ser considerada, em parte, como uma adaptação às conseqüências da conquista, e não apenas às características do ambiente amazônico.

4 – A origem dos povos Incas

Estabelecer um limite entre as lendas e a realidade sobre as origens do império inca – chamado de Tahuantinsuyo ou quatro caminhos, em quíucha – é uma tarefa árdua. O povo não possuía escrita e calçou toda a transferência de sua cultura na tradição oral. O que parece certo é que chegou ao vale de Cuzco por volta do ano de 1300, fundando ali sua capital.

As sucessões incas eram sempre tumultuadas porque não existia o conceito de primogenitura. O poder sempre ficava com o mais hábil e eficiente dos herdeiros, critério que dava margem a intrigas, lutas e assassinatos. Os sacerdotes formavam um importante grupo na sociedade inca e cada soberano tinha seu corpo mumificado, sendo adorado como divindade mesmo no pós-morte.

No começo do domínio inca, os exércitos eram formados somente após o fim da colheita, e os soldados marchavam para as batalhas acompanhados de suas mulheres. Elas cuidavam da alimentação dos soldados e tratavam de suas feridas. Não obstante com a expansão do império foi impossível manter tal prática, criando-se então o serviço militar, que possibilitou a formação de um exército regular.

Os incas tinham verdadeiro apego às divisões precisas – tanto que usavam um sistema decimal para dividir, organizar e contabilizar a população. Assim, logo os governantes desenvolveram formas de registrar os mais diversos números. Os quipus eram artefatos de cordas, em tamanhos variados e cores, com nós que indicavam a quantidade do que estava sendo registrado. Podiam ser censos populacionais, cabeças de gado que formavam um rebanho ou produtos armazenados nos depósitos estatais. Cada nó podia servir tanto para indicar uma unidade como uma dezena, dez dezenas e assim por diante, conforme aquilo que estava sendo contado. Sempre seguindo o sistema decimal que norteava a divisão da sociedade.

As cordas eram manipuladas, interpretadas e guardadas, por pessoal especializado, os quipumacayos, contadores estatais, que viajavam por todo império para afzer os registros estatísticos. Acima deles fica um **quipucamay** **chefe**, responsável pela guarda das cordas de

toda uma região. A superioridade bélica dos espanhóis foi um dos fatores decisivos para o declínio do império inca.

5 – Abordagem metodológica do estudo

Empenhado em compreender a problemática erguida no teor da investigação, os trabalhos iniciais de campo revelaram o proveito que os conhecimentos antropológicos poderiam ser úteis. Sob influência de LAPLANTINE (2000) o autor procurou tornar mais familiar aquilo que lhe era estranho (os comportamentos, as crenças, os costumes da sociedade indígena que não era a sua, mas na qual poderia ter nascido). Investiu-se também das orientações de COPANS, TORNAY, GODELIER e BACKÈS-CLÉMENT (1971) quanto a missão de um antropólogo. À primeira vista, as estruturas sociais das sociedades primitivas manifestam-se através dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos envolvidos em relações de parentesco complexas, em ritos obscuros, estranhos, quando não absurdos. Por esta razão, o antropólogo tem de descobrir a **lógica oculta** que explica o sentido desses comportamentos e o sentido dessas estruturas. Atento a orientação de LEACH (1982), não há uma regra de ouro sobre como este “conjunto confuso” deva ser decifrado, a não ser uma necessidade absoluta de paciência e compreensão. No papel de pesquisador, o objetivo do antropólogo deve ser que os seus informantes o tratem como se fosse um aluno e que estejam preparados para lhe ensinar como é o seu modo de vida, aceitando-o como um amigo, de forma que, tanto quanto possível, possa vir a tornar-se “num dos nossos”.

Nas palavras de BICUDO (2000), a fenomenologia tem por meta *ir-à-coisa-mesma* tal como ela se manifesta, prescindindo de pressupostos teóricos e de um método de investigação que, por si, conduza à verdade. Com a fenomenologia busca-se pelo fundo, pelo solo perceptivo onde a percepção se dá. Busca-se pelo campo de presença, no qual estão nítidas as dimensões do aqui-ali (proximidade) e do agora/antes/depois (tempo) em que o sujeito que percebe se situa. É na estrutura do fundo perceptual que se encontra o que distingue a percepção da ilusão e da fantasia.

Para resgatar elementos pré-históricos dos povos indígenas exigiu ir a campo junto às comunidades indígenas. O período de pesquisa perdurou por exatos 26 meses, abrangendo um espaço temporal entre os anos 2000 e início de 2002. Tal dimensão temporal foi compartilhada com atividades de sala de aula, elaboração de relatórios de outras pesquisas e deslocamentos para regiões sudeste e sul quer para apresentação de trabalhos quer para submissão do processo de seleção de programas de pós-graduação de doutorado. Ao longo dos meses de 2000, as idas a campo se concentraram nos fins de semanas. Esporadicamente, se aproveitava dos feriados. Os meses correspondentes ao ano 2001, a investigação se concentrou de forma mais intensiva, no sentido de que o pesquisador permanecia mais tempo junto à comunidade. Isso foi possível dado o conturbado movimento grevista nas universidades federais no período, da qual o autor é vinculado a uma delas. Entre sua participação preferiu-se prosseguir à implementação do recolhimento de dados em campo.

O estudo implicou deslocamento do pesquisador residente no município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, norte do Brasil, às localizações onde situavam as comunidades indígenas: Makuxi, Wapichana, Taurepang, Ingarikó, Yekuana, Waiwai, Saporá, Atoriaú, Yanomami e Waimiri-Atroari. Elas ocupam 44% do seu território e perfazem uma população total de 40 mil índios. O percurso sempre foi acompanhado estrategicamente por um professor indígena. O acesso à comunidade foi escolhido com base na receptividade. A estadia era geralmente oferecida pelos integrantes das aldeias em suas cabanas.

O plano de viagem ao Peru foi programado por ocasião da 38ª Assembléia Anual do Cladea (Consejo Latinoamericano de Escuelas de Administración) em 2003. Por motivos de restrições financeiras aproveitou o evento para contrastar o material bibliográfico. Uma

curiosidade **inata**, em certa medida essencial para o pesquisador, levou o autor a visitar lugares onde um dia floresceu e instalou um império monárquico que abarcou territórios hoje espalhados pelo Equador, Peru, Chile e Argentina.

Segundo BERNARDI (1974) quando se encontra no terreno das ocorrências, perante situações concretas, é que o pesquisador estará em posição de julgar exatamente e de definir o seu método de pesquisa. No entanto a observação participante correspondeu à dominância nos dois ambientes de investigação. Até que ponto a integridade científica se pode conciliar com a participação humana honesta e completa, BERNARDI (1974) assinala que depende muito das circunstâncias específicas. Mas a resposta está na aceitação de ser *estranho*. A observação participante raramente, talvez nunca, é completa. Esta por outro lado não absolutamente é desejável. É necessário manter uma certa separação para ver as coisas numa perspectiva científica. E, consoante as circunstâncias e com discrição oportuna, apresenta-se tal como se é, ou seja, como pesquisador, e fazer-se aceitar como tal num trabalho que não só requer cooperação viva, mas que, em definitivo, será útil para todos, para o pesquisador e para os pesquisados.

Como caráter complementar recorreu-se à pesquisa bibliográfica. Esta se tornou pertinente tendo em vista a natureza dos dados colhidos em campo. No alinhamento de um tratamento analítico este acabou se tornando muito dispersos pelo espaço. Para SILVA (2003) não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não for com base em dados bibliográficos.

No recolhimento do material, sendo entendido este como conjunto das observações e também dos objetos materiais, usufruiu-se do diário de campo. Como aborda CRUZ NETO (1994), o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorre-se em qualquer momento da rotina do trabalho que está se realizando. Nele diariamente pôde colocar as percepções, angústias, questionamentos e informações o que é pertinente na visão de BERNARDI (1974). O instrumento deve não só conter as impressões pessoais, mas servir a pesquisador como uma ulterior fonte autônoma de conhecimento e comparação. Teve um uso sistemático desde o primeiro momento de ida às comunidades até a fase de elaboração desse texto.

Antes da entrada em campo, tinha-se um plano específico para a organização e o registro das informações. Isto implica na opinião de GIL (1999) estabelecer, antecipadamente, as categorias necessárias à análise da situação. Nesse contexto foi tomada como referência as variáveis que constituem o cerne da atividade contábil conforme PARRA FILHO e SANTOS (2002), cuja identificação e definição apresenta-se a seguir: a) **coletar** - fonte de geração de dados (caça, pesca e plantação); b) **registrar** - instrumento para copilação de dados; c) **acumular**: instrumento de recuperação de dados; d) **resumir** - meios para sintetizar dados e e) **interpretar** - entendimento e compreensão dos dados como informação

Logo a observação participativa teve um devido controle, pois se sabia previamente quais os aspectos a investigar nas comunidades. Essa característica se adentra na concepção conceitual de observação sistemática como alude GIL (1999). Entretanto na captura de informações não se fez uso de nenhum registro do comportamento em folhas preparadas, uso de cronômetro e outros recursos técnicos no âmbito das comunidades indígenas. O autor procurou sempre o entrosamento da forma mais natural possível. Em seguida nas acomodações, se anotava tudo no diário de campo. Na cidade de Machu Picchu, no Peru o procedimento foi semelhante. Sempre sob assessoria de uma guia esta conduziu não só aos museus, mas aos sítios arqueológicos.

Os dados tiveram um tratamento analítico em consonância ao perfil descritivo contemplado por BICUDO (2000).

Devido o caráter central da investigação esta se caracterizou essencialmente como pesquisa qualitativa.

6 – Análise e interpretação dos resultados

Ancorando em OLIVEIRA (2003), a Contabilidade chegou ao estágio de desenvolvimento atual buscando sempre satisfazer as necessidades de controle que as sociedades humanas têm em relação aos meios de subsistência. A preocupação com segurança e sobrevivência sempre acompanharam a humanidade em sua história, uma vez que, do ponto de vista material, a continuidade dessa segurança era garantida pelos recursos adquiridos. Assim sendo, o homem passou a se preocupar em quantificar suas posses, no sentido de registrar, acumular, resumir e interpretar a manipulação dessas posses. Tais propriedades tornam-se particularmente evidentes ao considerar a vida cotidiana dos caçadores-coletores recentes, como as comunidades arborígenes do Norte-Amazônico brasileiro as quais utilizadas como objeto de investigação.

Segundo FERREIRA (2001), ao longo da história, os diferentes povos desenvolveram modos próprios para se orientar no espaço, contar, calcular, reconhecer e medir as formas do universo. A leitura de IFRAH (1997) corrobora tal afirmativa. Realmente existem formas culturalmente distintas de manejar quantidades, números, medidas, formas e relações geométricas. Isso significa que o modo de ser, pensar, e agir de cada povo tem muito a ver com a própria matemática e por conseguinte com o controle dos objetos materiais que permeiam a dinâmica cotidiana da comunidade.

6.1 – A prática contábil na perspectiva dos povos indígenas

Tecendo uma combinação de afirmações entre ALBERT (2002) e FERREIRA (2001), para além da diversidade dentro das características ecológicas e das coordenadas histórico-simbólicas dos espaços que ocupam, o modo como os bens são distribuídos em sociedades basicamente igualitárias, como as indígenas, determina que quando alguém dá algo, não fica, necessariamente, com “menos”. Pode, ao contrário, ficar com “mais”, porque vai ganhar algo de volta. Seguindo essa linha de raciocínio o arborígene ao capturar 10 peixes e ceder 3 ao irmão a lógica dessa diferença atinge o equilíbrio no momento que o irmão retribuir, ao devolver peixes ou outra mercadoria. O possível desequilíbrio originado é reequilibrado no momento que transfere para os outros irmãos. Destarte o papel que o zero representa aqui corresponde à própria relação entre membros em sociedades em que o parentesco rege relações de troca: um ponto de equilíbrio entre quantias positivas e negativas. Nesse sentido, existem demonstrações de que o conteúdo do Tabela 1 reporta-se a KAPLAN (2001) ao enfatizar o zero como uma variável que concretiza as trocas com um mundo em termos de transações: permutas em que cada ação sua afeta as dos outros, e vice-versa. É na verdade “um espelho no qual vemos a nós mesmos e aos outros, perguntas e respostas”.

Nas observações *in loco* no pequeno universo das comunidades indígenas, os dados contraídos no ambiente circundante a aferição das variáveis: registro, acúmulo, resumo e interpretação manifestaram uma interposição. Não sendo possível precisá-las especificamente, pois cada aldeia investigada traz consigo a marca peculiar e definidora de uma linguagem que não importa posição de seus membros na hierarquia da comunidade. Qualquer que seja a relação ela é expressa por um sinal em pé de igualdade com os demais, originários da mesma matriz de sua gramática comum. Sobressai-se dessa forma a interpretação que é unânime em todas as aldeias visitadas. Os “depósitos” de dados bem como os seus registros e sínteses estão contidos na “cabeça” de cada arborígene sendo manifestados simultaneamente no momento que relata a caçada imitando o barulho dos bichos e da floresta ou o dia de pesca. As conversas ocorrem entre eles que estão próximos e também entre os que estão a alguns metros de distância no interior da maloca. Neste introsamento também são planejadas as atividades sociais e em grupos. Famílias trocam idéias e pedem auxílio para organizar tarefas.

Isso foi constatado em todas as comunidades e poder-se-ia comparar a uma reunião que dentre outros aspectos abordados há uma suposta prestação de contas do dia.

Tabela 1 – Síntese dos Dados Conjuntos das Comunidades Indígenas Investigadas

Comunidades										
Variáveis Observadas	C1	C2	C3	C4	C5	C6	C7	C8	C9	C10
Coletar										
Registrar										
Acumular										
Resumir										
Interpretar										

Legenda: C1 – Makuxi C2 – Wapichana C3 – Taurepang C4 – Ingarikó C5 – Yekuana C6 – Waiwai C7 – Sapará C8 – Atoriaú C9 – Yanomami C10 – Waimiri-Atroari

FONTE: Dados da Pesquisa

A comunidade de índios cenário da pesquisa em tela mostrou que nenhum deles ignora o que quer que seja das regras de maximização dos bens monetários, e isso porque todos produzem objetos para um mercado regional.

A conduta apropriada para as trocas dos arborígenes da tribo Waiwai envolve o respeito a complexas regras de solicitação, aceitação e concessão dos objetos trocados. São normas complicadas, mas precisas que regem a etiqueta, a seqüência e as atitudes necessárias às trocas. Há igualmente um elaborado cálculo que governa as negociações dos valores de troca (por exemplo, quantas panelas de que tamanho e quanto fios de miçangas de que cor valem um papagaio loquaz de que espécie?), embora fatores subjetivos (a natureza da relação entre *warawan*, o grau de vontade de adquirir certos bens, etc.) sejam tão fortes quanto as características materiais dos bens. Essa proliferação exagerada de parâmetros e cálculos tem como efeito cumulativo criar uma arena altamente arbitrária de significados puramente “culturais” assegura HOWARD (2002).

Também o tempo das relações entre parceiros formais é fortemente utilizado. Devem durar muito, mesmo que os *warawan* efetivem suas trocas somente de vez em quando. A reciprocidade entre eles é sempre postergada, não raro de vários anos, e ambos contraem dívidas mútuas de vários anos, e ambos contraem dívidas mútuas de várias maneiras sobrepostas. Dizem os Waiwai que as pessoas “pacíficas” (*tawake*) são pacientes e “nunca se apressam”; confiam em que seu parceiro irá “lembrá-las”, esmo que passe muito tempo, e que aparecerão um dia para visitar, confraternizar, pagar o que devem e abrir um novo ciclo de reciprocidade. É importante que algumas dívidas fiquem em aberto de ambos os lados, pois é isso que une os parceiros, apesar da distancia que os separa. Tais constatações referidas por HOWARD (2002) foram confirmadas *in loco* daí o registro na tabela 1 quanto as atividades de registrar e acumular. As peculiaridades recém expostas não eliminam de forma nenhuma a presença das variáveis no sistema de contrapartida Waiwai. Poder-se-ia até apropriar da terminologia adotada por IFRAH (1997) ao explicitar a prática do entalhe como uma contabilidade dos iletrados. Pois ao lembrar OLIVEIRA (2003) o homem primitivo ao começar a se relacionar com outros, que também tinham posses, passa a trocar o que possuía em excesso por algo que lhe fosse escasso. Nascia, assim, a preocupação e necessidade da contagem como forma de entendimento para as relações de troca.

O sistema Waiwai não exclui a idéia de uma forma de assentamento contábil, embora não possua as características encontradas hoje na Contabilidade.

Um dos momentos únicos no andamento da pesquisa foi a convivência com os índios Yanomami. Talvez porque seja o grupo indígena investigado mais primitivo do Brasil na percepção de ESPOSITO (1998). Tal atributo é fortalecido por meio das conclusões de geneticistas e lingüistas que apontaram os Yanomami desprovidos de afinidade genética, antropométrica ou lingüística com outros povos do local, o que serve para confirmar seu isolamento, responsável pelo desenvolvimento de línguas e dialetos distintos dos demais indígenas da região amazônica, como expõe BARAZAL (2001). Com base em ALBERT e GOMEZ (1976) a autora focaliza a ocupação do espaço das florestas tem por base um modelo que sugere uma série de círculos concêntricos ao redor da aldeia, que delimitam as áreas a serem utilizadas, assim como o modo de sua utilização. O primeiro círculo, num raio de cinco quilômetros, circunscreve a área de seu uso imediato da aldeia: pequena coleta feminina pesca individualmente ou, no verão, pesca coletiva com timbó, caça ocasional de curta duração (ao amanhecer ou entardecer), atividades agrícolas. O segundo círculo, num raio de cinco a dez quilômetros, é a área da caça individual (*rama huu*) e da coleta familiar do dia-a-dia. Finalmente, o terceiro círculo, num raio de cinco a dez quilômetros, é a área das expedições de caça coletiva de uma a duas semanas (*henimou*) que precedem os ritos de cremação funerária e os grandes encontros cerimoniais intercomunitários *reaku*, assim como as longas expedições plurifamiliares de coleta e caça (três a seis semanas) durante a fase de maturação das novas plantações (*waima huu*). Essas expedições têm geralmente por alvo áreas onde se encontram colônias de apreciadas árvores frutíferas ou áreas solecionadas por sua riqueza em caça. A cada três e até cinco anos precisam mudar o *xabono* (habitação) de local, pois neste período o solo se esgota, a caça rareia e os produtos da floresta ficam escassos. Ao se mudarem, propiciam a recuperação da floresta, do solo e da caça. Esse aspecto conduz a deduzir que a terra não é escassa. O Yanomami que desbrava a floresta não conserva nenhum direito de propriedade sobre a parcela de terra após a sua utilização. A terra fica de repouso durante um período longo e aquele que arrotear de novo terá o mesmo direito de utilização do solo. Uma clara evidência de eliminação de riscos de descontinuidade. Existe um pensamento contábil-ambiental mais lógico do que esse?

O **xabono** é construído comunitariamente, com participação de todos. No entanto na sua conclusão, cada família tem o seu espaço delimitado pelo fogo e pelas redes penduradas numa formação triangular na parte periférica. Vivem no **xabono** entre 50 e 150 pessoas. Em seu centro é mantido vazio, sendo utilizado para os acontecimentos sociais, tais como as pajelanças, danças, lutas e festas. Foi em meio a esse *habitat*, quase que passado por despercebido, que dois índios se ocupavam em registrar as façanhas após retorno da caçada, em um material que se manufacturava as flechas. Não eram riscos, mas uma espécie de corte semelhante a entalhes. Por meio de uma faca se perfurava orifícios cuja graduação implicava porte do animal abatido. Tais orifícios, no que concerne às discussões de STRUIK (1992), BOYER (1996), IFRAH (1997) e MITHEN (2002), registram quantidades e, portanto uma prefiguração da contabilidade. É certo que entre os Yanomami o futuro é pouco planejado. A lenha é cortada à tarde para ser consumida no fogo da noite. Eles podem comer toda a comida disponível num mesmo dia, e no dia seguinte, se não houver mais, ficarão com fome. A contagem vai até dois, ou seja, eles contam um, dois e muitos. Mais do que dois são muitos. No entanto, é muito clara a quantificação das presas e a sua memória nas flechas como uma alusão ao destemido. E isto resgata e ressalta a Contabilidade como a ciência da riqueza das células sociais.

6.2 – A prática contábil na perspectiva dos povos incas

No trabalho de campo na cidade peruana de Machu Picchu, de todas as leituras extraídas do arsenal bibliográfico uma foi preciosa no acesso visual dos quipus: as análises e interpretações

tecidas por ASCHER e ASCHER (1988a e 1988b) a respeito. As Figuras 2 e 3 ilustram a única forma escrita no Império Inca e que desempenharam papel ímpar nos registros de todas as transações oficiais relativas a terras e outros assuntos do Império.



Figura 2 – Quipu com nó simples
FONTE: Ascher e Ascher, 1988 b

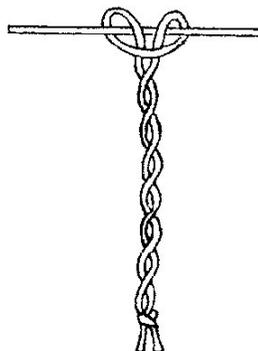


Figura 3 – Quipu de corda pendente
FONTE: Ascher e Ascher, 1988 b

Para MENNINGER (1969), todas as contas do Império Inca eram mantidas nos quipos porque afora esses **nós**, nenhum outro sistema de escrita numeral era conhecido. Em todo o povoado inca havia quatro oficiais mantenedores do quipu. A esse respeito FAVRE (2004) se posiciona, tomando como referência a própria evidência que um quipu não era inteligível senão para o **quipucamayo** que o fizera, ou para aquele a quem o **quipucamayo** houvesse transmitido oralmente o significado que atribuíra a cada um dos cordõezinhos. Para interpretá-lo, era preciso conhecer o sentido convencional das torções e das cores que os especialistas jamais chegaram a normalizar, ao que parece. E aqui começa o imbróglio que esta pesquisa se deparou. De acordo com Picón (2004) até então ninguém havia questionado o sistema decimal o qual atribuído tradicionalmente ao processo de cálculo utilizado pelos antigos peruanos. Entretanto uma teoria mais recente apresenta a base 40 como sistema de cálculo inca, o que não deixa de ser interessante se se leva em conta que os estudos que analisam a cosmovisão inca se sustenta no número quatro.

Outra polêmica erigida no decorrer da pesquisa também parte de FAVRE (2004) cuja opinião não é favorável a equipará o quipu a um livro de contabilidade, onde a leitura se faz em si mesma.

NEGRA e NEGRA (2003) contestam a assertiva com base em dois óbvios motivos: primeiramente, porque o registro dos quipus equivale em todos os aspectos a uma conta contábil. Do ponto de vista da natureza da informação, a contabilidade conjugou os esforços de parametrização qualitativa e quantitativa dos fenômenos patrimoniais por meio das contas contábeis. Uma conta contábil, portanto, deve apresentar um título (nome) e um valor (saldo). O título da conta reflete a ocorrência do fenômeno e é a parte qualitativa; já o saldo da conta reflete a ocorrência do fenômeno, que é a parte quantitativa. Assim, podem-se avaliar os fenômenos patrimoniais sob a ótica de sua natureza e dimensão.

Os **Kipus Incaicos** possuíam suas características qualitativas pelo uso de cada cordão horizontal e vertical. Os cordões horizontais representavam grupos contábeis, cuja finalidade era o registro de fenômenos de mesma natureza, como, por exemplo, a cobrança de tributos, os estoques, os recenseamentos dentre outros. Os cordões verticais, cada um de cor diferente, representavam as contas contábeis propriamente ditas. Cada cor correspondia a uma conta

específica. Conforme a grande parte dos analistas historiadores, muito provavelmente, os fios brancos correspondiam a lã dos *Lhamas*, os amarelos ao milho, os dourados ao ouro, e assim por diante. Nestes termos, os quipus informavam, com precisão, as quantidades envolvidas no registro por meio das torções dos **nós** e suas posições nos cordões verticais. (grifos nos originais).

O segundo motivo de discordância recai na realidade presente. Os registros contábeis permitem sua leitura somente aos profissionais da Contabilidade. Tal leitura deve ser entendida não apenas na decifração do código da escrita, mas o entendimento de seu significado, suas relações, causas, efeitos e conseqüências, que obviamente nenhum leigo é capaz de fazer na leitura dos registros contábeis. Contudo, nas mãos dos contabilistas incas, o quipu era tão exato, preciso e detalhado, quanto o livro diário eletrônico é nas mãos dos contabilistas do século XXI.

O trabalho de NEGRA e NEGRA (2003) traceja elementos de construção analítica convincente embora no seu bojo haja problemas metodológicos graves. No entanto por serem dois profissionais da área contábil reforçam os levantamentos de campo. As características dos conhecimentos contábeis do povo Inca, por eles elencados coadunam com a realidade arqueológica das ruínas que formam o cenário do que foi uma civilização pujante, vale saber:

- 1 – Registro como forma de lançamento contábil realizado por meio dos quipus;
- 2 – Controle da riqueza patrimonial com base na comparação entre um quipu e outro;
- 3 – Os quipus também eram instrumentos de partidas dobradas – o Estado e, por isso, a única conta credora conhecida. Os registros na forma dos cordões indicavam apenas as contas devedoras. Tudo era devido ao Estado;
- 4 – Como os quipus eram feitos a base do calendário lunar, supõe-se que a contabilidade dos incas possuía um exercício social de um ano e com sistema de registros mensais, e não diários, de suas variações patrimoniais;

As explicações dos museólogos, especialistas em arqueologia peruana, guias de viagens, nenhum deles manifestaram rebates aos quatro itens supra mencionados. Isso conduz a apontar os quipus, um exemplo precoce da técnica das partidas dobradas, ainda não plenamente desenvolvida, mas já coerentemente esboçado.

Considerações finais

Inevitavelmente este estudo traz à tona o ponto vista delineado por AVELINO (2004) ao referir a sua lamentação do ínfimo conhecimento no tocante ao contexto sócio-econômico, as preocupações políticas, a história, as reivindicações e o processo de formação, a etnia, as origens e a rica diversidade cultural sejam desconhecidos por grande parte das pessoas, mesmo entre os universitários ou pela elite intelectual que sabe o que passa nos mundos europeu e norte-americano, e não no mundo sul-americano.

Refletir se as populações Pré-Colombianas que habitaram a América do Sul praticaram atividades contábeis, exigiu investigação de campo junto às comunidades indígenas situadas no norte amazônico e aos sítios arqueológicos localizados na cidade de Machu Picchu, no Peru. A lógica contábil capturada nas observações em campo no âmbito das comunidades indígenas perfila-se uma pré configuração da contabilidade. Ela se materializa até mesmo em ambiente onde a estética gráfica e escrita e os pensamentos refinados são poucos dominantes em sua manifestação. A sociedade indígena e particularmente a Yanomami confirma essa suposição bem como a sociedade inca.

MATTESSICH (1989) não tem a menor dúvida em apontar que: 1) a Contabilidade existia milhares de anos antes da escrita e do cálculo abstrato; 2) a Contabilidade se torna o ímpeto (igualmente, contar, no sentido abstrato) para a criação da escrita; e 3) que uma espécie de partidas dobradas já existia há cerca de 5.000 anos. É o que ele denomina de

protótipo das partidas dobradas. Acrescentar-se-ia que a origem do número zero está intimamente aderido ao embrionário pensamento contábil.

Quão simples foi a idéia de Paccioli, rotulado de Pai da Contabilidade, que a mesma tem sido aplicada nas sociedades primitivas antes mesmo de sua emergência e ainda hoje presente nos grupos arborígenes remanescentes, denotando claramente que a humanidade não se desvinculou das origens e, portanto das idéias pré-concebidas.

Os dados contidos na Tabela 1 exibem sem dúvida uma Contabilidade entre as comunidades indígenas investigadas sem estruturação conceitual nem sistematização, frutos de milênios da evolução que estaria por acontecer. No entanto nos apropriando de OLIVEIRA (2003), essa Contabilidade servia (e serve) aos propósitos de quem a utilizava (ou a utiliza).

Portanto, a lógica contábil no interior do *habitat* indígena revela-se um tanto instântaneo, simples, primitivo, natural. Não obstante, ilustra com as devidas proporções, o que teria sido os primórdios da emergente atividade que hoje toma parte do cotidiano das pessoas e instituições as quais inseridas em um contexto constituído de elos como uma corrente da vida dinâmica moderna.

Sob a perspectiva dos povos incas as assertivas de NEGRA e NEGRA (2003) espelham o campo empírico. A lógica estabelecida pelo quipu numérico formata um contorno formidável. Cores indicam contas, ou seja, fenômenos da riqueza patrimonial, nós indicavam os números e a posição nos cordões mostravam as quantidades. Essa concepção possui consistência e sustentação científica pela simples aplicação da lógica. Porém, não se pode, e nem se deve ver os quipus apenas como forma de registro, mas como um único instrumento que reuniu o conhecimento contábil de um povo e que, na sua essência, técnica e cientificidade e similar a dos dias atuais.

Finalmente o estudo desvela resultados que colidem com as orientações de NAKAGAWA (2003) ao referir a região da Mesopotâmia, no Iraque, como uma referência na busca da essência da Contabilidade quando talvez a mesma esteja nas próprias comunidades indígenas no norte do Brasil.

A jornada de busca das raízes da Contabilidade na América do Sul não se encerra ao contrário, torna-se imprescindível a sua persistência. Os flecheiros figuram entre as 17 assim ditas tribos não-contatadas que vivem nos recessos mais encafuados da Amazônia brasileira. Nessa parte da selva – a terra indígena do vale do Javari -, deve haver, no máximo, 1.350 índios não-contatados, talvez a maior concentração mundial desses grupos. Planejar uma expedição para checar a sua prática contábil se delinea um desafio.

No que se refere aos quipus faz-se necessário aprofundar suas investigações principalmente no que se tange na procura de remanescentes que tenham herdado o conhecimento de uso do artefato.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTABLE. Issue 76, feb./ 2002.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cormologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002.

ALBERT, Bruce e GOMEZ, Galé Goodwin. *Saúde Yanomami: um manual etnolingüístico*. Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1976.

ASCHER, Marcia e ASCHER, Robert. Code of the Quipu. *Databook*. The University of Michigan Press, 1988a.

ASCHER, Marcia e ASCHER, Robert. Code of the Quipu. *Databook II*. The University of Michigan Press, 1988b.

- AVELINO, Y. D. Diversidades na América: mudanças e permanência. v. 2, *Coleção Grandes Impérios*, São Paulo: Abril, 2004.
- BARAZAL, Neuza Romero. *Yanomami: um povo em luta pelos direitos humanos*. São Paulo: USP, 2001.
- BERNARDI, Bernardo. *Introdução aos estudos etno-antropológicos*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1974.
- BICUDO, M. A. Viggiani. *Fenomenologia: confrontos e avanços*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BOYER, Carl B. *História da matemática*. 2. ed., São Paulo: Edgard Blücher, 1996.
- CARMONA, Salvador. Accounting history research and its diffusion in the international context. Working Paper 01-57, *Business Economics Series 12*, jun. 2002.
- COPANS, J.; TORNAY, S.; GODELIER, M.; e BACKÈS-CLÉMENT, C. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas*, Lisboa – Portugal: Edições 70, 1971.
- CRUZ NETO, Otavio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: SOUZA, M. Cecília de (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. *Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- ESPOSITO, Rubens. *Yanomamis: um povo ameaçado de extinção*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- FAVRE, Henri. *A civilização Inca*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. Conhecimentos matemáticos de povos indígenas de São Paulo. In: SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Kawall Leal. (Orgs.) *Práticas pedagógicas na escola indígena*. São Paulo: Global, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.
- HOWARD, Catherine V. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco: cormologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp, 2002.
- IFRAH, Georges. *História universal dos algarismos: a inteligência dos homens pelos números e pelo cálculo*. v. 2, Tomo 1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- KAPLAN, Robert. *O nada que existe: uma história natural do zero*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.
- LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LEACH, Edmund. *A diversidade da Antropologia*. Lisboa – Portugal: Edições 70, 1982.
- MATTESSICH, R. Accounting and the input-output principle in the prehistoric and ancient world. *Abacus*, v. 25, n.2, 1989.
- MENNINGER, K. *Number words and number symbols: a cultural history of numbers*. New York: Dover Publications, 1969.
- MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Unesp, 2002.
- NAKAGAWA, Masayuki. No Iraque a busca da essência em Contabilidade. Slides. Palestra realizada em Uberaba/MG.
Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/eac/docentes/masayuki/artigos.htm>. Acessado: em 05.08.2003.
- NAPIER, Christopher. Accounting history and accounting progress. *Second Accounting History International Conference*. Osaka, Japan, 8-10 aug., 2001.
- NEGRA, C. A. Serra e NEGRA, E. M. Serra. Contabilidade no Império do Sol. *Revista CRC-RS*, out. 2003.
- NEVES, Eduardo Góes. Os índios ante de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da e GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 3. ed., São Paulo: Global, 2000.

- OLIVEIRA, A. B. Silva. (Coord.) *Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade*. São Paulo: Saraiva, 2003.
- PARRA FILHO, Domingos e SANTOS, João Almeida. *Metodologia científica*. 5. ed., São Paulo: Futura, 2002.
- PICÓN, D. D. Decodificato da un ingegnere italiano di Pescara il complesso calcolo degli incas denominato yupana. 7 febbraio 2004
Disponível em: <http://www.unmsm.edu.pe/Noticias/Enero/d28/Veramp.asp?val=1>
Acessado: 17.08.2004.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SANTILLI, Márcio. *Os brasileiros e os índios*. São Paulo: Senac, 2000.
- SANTOS, Sergio de Paula. *O vinho e suas circunstâncias*. São Paulo: Senac, 2002.
- SCHMIDT, Paulo. Uma contribuição ao estudo da história do pensamento contábil. *Tese* (Doutorado em Contabilidade), FEA-USP, São Paulo, 1996.
- SILVA, A.C. Ribeiro. *Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses*. São Paulo: Atlas, 2003.
- STRUİK, Dirk J. *História concisa das matemáticas*. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1992.
- VERGANI, Teresa. *Educação etnomatemática: o que é*, Lisboa-Portugal: Pandorra, 2000.